

## MULHER EM CONFLITO COM A LEI: GESTOS DE ANÁLISE DE UM ESTUDO DE CASO

Giulia Mendes Gambassi<sup>170</sup>

Resumo: Partindo de uma perspectiva discursivo-desconstrutiva (CORACINI, 2007, 2010, entre outros), em nossa dissertação de mestrado tratamos sobre a análise discursiva de dizeres de três mulheres que estiveram em conflito com a lei durante a adolescência. O objetivo de nosso trabalho foi analisar como se deram as representações identitárias dessas mulheres, problematizando o que dizem de si e considerando o imaginário de adolescentes, de jovens em conflito com a lei e de mulheres na sociedade. A partir dos estudos da linguagem, buscamos problematizar como se materializam ou se (re)produzem nos dizeres das participantes, assim como em suas representações de si e do outro, discursos recorrentes em nosso sistema homogeneizante, que parece ignorar a construção de identidades como um tecido contínuo, multifacetado e inacabado. Quanto à metodologia, gravamos e transcrevemos as entrevistas perante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e selecionamos os recortes que pareciam nos ajudar a estabelecer eixos de resultados de análise. Neste artigo, apresentamos alguns recortes que foram excluídos da dissertação por não se mostrarem produtivos aos eixos encontrados e com os quais pretendemos construir uma análise de caso. Ressaltamos, entretanto, que o que aqui propomos ainda se encontra em fase preliminar de análise.

Palavras-chave: conflito com a lei; análise do discurso; gênero.

Abstract: From a discursive-deconstructive perspective (CORACINI, 2007, 2010, among others), in our master's dissertation we focused on the discursive analysis of the sayings of three women that were in conflict with the law during their adolescence. The objective of the research was to analyze how identity representations occur with this specific public, aiming to problematize what they say about themselves, considering the social imaginary regarding women, adolescents, and young people in conflict with the law. In the field of language studies, we aim to problematize how recurrent discourses – that are present in our homogenizing system and that seem to ignore the construction of identities as a continuous, multifaceted and unfinished fabric – materialize or are (re)produced in the sayings of the participants. Regarding the methodology, we recorded and transcribed the interviews with the signing of the Free and Informed Consent Form and we selected excerpts that produced our main results. In this article, we present some excerpts that were excluded from the dissertation – as they weren't productive in that context – and with which we intend to build a case study. Nevertheless, we emphasize that they are still in the preliminary phase of analysis.

Keywords: conflict with the law; discourse analysis; gender.

---

<sup>170</sup> Doutoranda em Linguística Aplicada, Unicamp, [giugambassi@gmail.com](mailto:giugambassi@gmail.com), Bolsista CAPES.

## INTRODUÇÃO

Em nossa dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2018, objetivamos analisar, por um viés discursivo-desconstrutivo (CORACINI, 2007, 2010a, entre outros), representações identitárias de mulheres que passaram por conflito com a lei durante a adolescência. Nesse sentido, tivemos como ponto central, ao lado da questão do conflito com a lei, o feminino em um sistema de exclusão social. Para as mulheres que entram em conflito com a lei, são colocadas diversas questões atreladas ao gênero, como a histeria, por exemplo, deslegitimando ainda mais seu dizer, considerando que à falta de recursos financeiros e à adolescência são relegados espaços de profundo silenciamento. Nesse sentido, olhamos para as histórias de vida das participantes de pesquisa não só pelas lentes que consideram questões relacionadas à adolescência ou a atos infracionais e exclusão social, mas também às performances esperadas do gênero feminino e como isso pode interferir nas vivências de internação das participantes da pesquisa, pois

(...) a mulher brasileira atual enfrenta preconceitos que constituem o imaginário discursivo de uns e de outros: (...) ainda é vista (e se vê) como o centro de toda opressão, um ser frágil que tem necessidade da proteção de um homem e da lei (...) (CORACINI, 2007, p. 89).

Ademais, a voz dessas jovens, já silenciada por serem adolescentes, ignorada por serem marginalizadas e supostamente fragilizadas por se identificarem com o gênero feminino, é também (in)fame,<sup>171</sup> quando muito se diz sobre elas, mas pouco ou nada se escuta delas, como vemos na mídia em geral e em discussões sobre a maioridade penal, por exemplo.

Em nosso estudo buscamos escutar algumas dessas vozes (in)fames para analisar as representações identitárias que podem emergir em seus dizeres, considerando que seu mundo é “permeado de simbologias, experiências emocionais conflitantes, traumas e fugas do enquadramento em um mundo de regras sociais, ainda não internalizadas completamente” (GAUER, VASCONCELLOS, DAVOGLIO, 2012, p. 6). A escuta dessas vozes é importante não só pelo fato de que “[o] conhecimento, as reações, as indignações, as reflexões sobre a situação penitenciária (...) existe, no nível dos indivíduos, mas ainda não aparece”, sendo “preciso que a informação faça ricochete” e

---

<sup>171</sup> De acordo com o que Foucault ([1969] 1992) propõe, (in)fame é aquele não tem fama, por ser invisível na sociedade, ao mesmo tempo que tem fama por ser espetacularizado pela mídia, quando vítima ou agente de atos cruéis.

que se transforme “a experiência individual em saber coletivo” (FOUCAULT, [1975] 2012, p. 7); mas também porque dar voz a esses sujeitos (in)fames abre espaço para (re)significações daquilo que se fala por aquele que fala e pode promover a ruptura de posturas cristalizadas (SALUM, 2012, p. 11) ao “transformar os conceitos, deslocá-los, voltá-los contra seus pressupostos, reinscrevê-los em outras cadeias, modificar pouco a pouco o terreno de trabalho e produzir, assim, novas configurações” (DERRIDA, 2001, p. 30). Ao apresentar os resultados de análise desses dizeres, acreditamos que talvez possamos deslocar alguns sentidos que ainda silenciam e aprisionam essas mulheres, mesmo fora dos espaços de reclusão e punição em que estiveram inseridas, pois

[o] posicionamento dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento (...) (HARAWAY, 1995, p. 23).

Nesse sentido, é válido comentar que nosso corpus foi constituído por entrevistas feitas com três mulheres que passaram por períodos de internação em instituições de socioeducação durante a adolescência, sendo que todas elas foram coletadas perante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Uma dessas entrevistas, feita com a participante Andreia MF, durou mais de três horas e, por isso, não conseguimos apresentar análises de boa parte dos recortes no texto final. Com isso em mente, apresentamos, aqui, alguns gestos singelos e preliminares de análise desses recortes, que compõem o início de um estudo de caso. Para podermos chegar a isso, a seguir, faremos um breve resumo sobre nossa pesquisa de mestrado e uma breve introdução à participante em questão.

## MULHERES, ADOLESCÊNCIA E CONFLITO COM A LEI: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-DESCONSTRUTIVA

Delimitamos nosso objeto de estudo para o mestrado ao nos depararmos com o silenciamento dos jovens em conflito com a lei. Isso ocorreu quando, em agosto de 2015,

foi aprovada na Câmara dos Deputados, em 2º turno, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.<sup>172</sup> Esse fato marcou o ápice do debate sobre o tema – alongando-se durante o ano em questão –, que não incluiu, em nenhuma instância, aqueles que seriam diretamente impactados por essa mudança: as jovens e os jovens em conflito com a lei. Incomodou-nos o fato de que muito se falou (e ainda se fala) sobre esses jovens, mas pouco se sabe e se busca saber deles. Os adolescentes, principalmente, têm seus dizeres desconsiderados e, muitas vezes, desmerecidos pelos adultos. Caso entrem em conflito com a lei, a situação se agrava.

Após alguma reflexão, evidenciaram-se, então, os constantes investimentos no apagamento desses sujeitos. O discurso da mídia (re)produz representações desses sujeitos, ecoando dizeres do senso comum que impõem uma identidade de grupo a eles, como perigosos, como merecedores de todo e qualquer suplício que lhes aconteça nas instituições ditas de recuperação. Além disso, sobre os adolescentes em conflito com a lei, paira o descrédito de suas ações e intenções que parece tornar impossível a suposta reintegração social após o período de internação. Nos discursos que atravessam e são atravessados pelo contexto socio-histórico da escrita desta dissertação, as representações desses jovens são geralmente ligadas a um sentimento de medo e, ao mesmo tempo, de ojeriza, que também acompanha tudo o que foge às normatizações sociais.<sup>173</sup> Temos, então, via linguagem, a construção de um imaginário sobre a delinquência – que, no caso deste trabalho, se focará na delinquência durante a juventude – que parece predizer quem são e o que esperar desses sujeitos.

Entretanto, ressaltamos que nossa dissertação não tratava de uma análise sociológica ou de registros de diferenças de classe na criminalidade. Empreendemos uma análise de como, a partir da e na linguagem, é possível perceber o funcionamento de mecanismos de poder e de controle na constituição dos sujeitos, mais especificamente das mulheres que estiveram em conflito com a lei durante a adolescência. Isso, sem deixar de lado a complexidade dos fenômenos sociais e raciais que abrangem não só as participantes

---

<sup>172</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-2-turno-reducao-da-mai-idade-penal-para-16-anos.html>. Acesso em: dez. 2017.

<sup>173</sup> “Esses sentimentos exacerbados de medo do crime fundamentam, por sua vez, uma demanda da população por ordem através do aumento da repressão e intensificação das práticas punitivas, mesmo que isso signifique perdas na garantia dos direitos humanos e, portanto, aumento na arbitrariedade das ações da polícia e do Estado”. Disponível em <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-294.html>. Acesso em: jan. 2018.

desta pesquisa, mas a população carcerária como um todo.

Como resultados de nossa análise, o fio-mestre das representações que rastreamos quando Eduarda, Andreia e Thais<sup>174</sup> falaram de si foi o Outro,<sup>175</sup> enlaçando as narrativas autorizadas sobre elas, ora refutadas, ora endossadas. Pudemos perceber que a nossa hipótese de que o imaginário atrelado à mulher, à adolescente em conflito com a lei não correspondia às representações de si dessas mulheres se confirmou parcialmente, pois, mesmo que, em alguns momentos, os dizeres das entrevistadas tenham desfiado o senso comum, em outras, fiaram-no. Percebemos, então, em seus dizeres, um (des)fiamento, em que pudemos observar que as representações de si de Eduarda, Andreia e de Thais contrariaram o senso comum, em excertos como “sou negra, mas não sou leiga” e “esse olho é meu”, ao mesmo tempo em que “tiveram que” – considerando a função deôntica – reproduzi-lo em relação tanto à escolaridade quanto à adolescência e à prisão. O mesmo movimento emergiu nas representações identitárias acerca dos discursos que silenciam a mulher e que, mais do que isso, aprisionam, (des)(a)creditam, violam. Destacamos, ainda, as violências (d)enunciadas pelas participantes como formas de punição e reeducação que, por vezes, foram legitimadas não só pelas instituições, mas por outras mulheres que encontraram, em posições de autoridade, alguma saída para o assujeitamento imposto ao gênero feminino. Por último, via psicanálise freudo-lacaniana, deparamo-nos com uma (re)(a)presentação identitária, via um processo que identificamos como renom(e)ação.

Para podermos nos ater, então, ao que não coube (n)à dissertação, partimos para uma breve introdução de Andreia MF, participante à qual dedicaremos os gestos de análise presentes neste artigo.

## ANDREIA MF

Andreia MF tem 49 anos, é rapper e ativista dos direitos dos presos e de suas

---

<sup>174</sup> Nomes fictícios escolhidos pelas participantes, com exceção de Andreia, que pediu para mantermos seu nome artístico no trabalho.

<sup>175</sup> Destacamos o uso de Outro a partir da psicanálise freudo-lacaniana, levando em conta que Lacan ([1964] 1985) diferencia outro de Outro no processo de constituição do Eu. Enquanto o outro é o lugar da alteridade especular, o semelhante com o qual a criança se confunde no *imaginário* enquanto se percebe no mundo na fase do espelho, o Outro “é o lugar em que se situa a cadeia de significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (LACAN, [1964] 1985, p. 193), ou seja é na relação com o Outro (relacionado ao inconsciente), via linguagem, que temos o *simbólico*. Vale ressaltar que Lacan propõe figuras topológicas para poder expressar o que do aparelho psíquico parecia fugir das palavras ou da lógica. Elegeu, então, três registros (*Imaginário, Simbólico e Real*) que, articulados, formam o nó borromeano, que representa esse aparelho.

famílias. Preocupa-se com as crianças de sua comunidade, mora em uma casa que já foi ponto de tráfico, mas que, hoje, abriga ela, seu filho mais novo, sua história e todos os planos que tem para si e para a sua família. Ela foi internada 12 vezes na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM)<sup>176</sup>, tendo fugido de lá algumas vezes e se internado sozinha em outras – para poder ter onde dormir, tomar banho e o que comer. A seguir, partimos para os gestos de análise de dois dos recortes que não puderam integrar nossa dissertação.

## DE FILHA A MÃE

No decorrer da entrevista, a representação mais constante que Andreia apresenta é dela como mãe. Mesmo que as outras duas entrevistadas também sejam mães, optamos por dar enfoque a essa questão no dizer de Andreia pelo fato de ela carregar em seu nome<sup>177</sup> (MF se refere a mães e filhos do hip hop) essa marca. Para podermos entender sua trajetória de filha a mãe e, por último, a “mãe do cárceres”, como ela mesma diz, apresentamos, a seguir, alguns recortes que atravessam essa temática.

### R1

**AMF:** a minha história é:: / eu morei na zona sul de São Paulo / eu tinha uma mãe chamada [omitido] um pai chamado [omitido] / que não deu certo o casamento / minha mãe virou / né a: / minha mãe era mãe solteira  
/ faxineira / e: criou quatro filhos / né / e eu era a caçula / aos catorze anos aí se separaram [...] treze pra catorze anos meu pai foi assassinado em Santa Rita do Passa Quatro / Minas / a minha mãe um mês depois no dia 23 de março // foi o mês que eu perdi meu filho também // ela foi na casa do meu pai busca:r alguma lembrança / algo que: né pra mim guardar e tal // chegou lá deu derrame cerebral e a minha mãe morreu ali também / e aí eu fiquei treze catorze quinze e to até hoje //

Nesse recorte, temos uma sequência numérica progressiva em “e aí eu fiquei treze

<sup>176</sup> Nome dado à atual Fundação CASA (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), instituição socioeducativa do estado de São Paulo.

<sup>177</sup> Em nossa dissertação, explicamos que esse não é o nome presente no registro civil de Andreia e analisamos esse fato como um processo de renom(e)ação via psicanálise.

catorze quinze e tô até hoje”, que parece apontar para uma tentativa de fixação de sentido, que escapa ao pretense controle do dizer – ao tentar especificar ou tornar exato o momento que estava narrando, deixa escapar a não-conformidade de nosso dizer e de nossa memória. Ademais, os advérbios “até” e “hoje” em “até hoje”, parecem remeter a uma *ancoragem temporal da enunciação* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 112), em que temos a marcação do efeito de sentido de que “até hoje” as consequências do que aconteceu com a morte dos seus pais ainda perpassam as representações de identidade de Andreia. Ainda, por não haver complemento para o verbo “ter” em “tô até hoje”, emerge o efeito de sentido de que o que aconteceu com ela e como isso a transformou, ainda permanece inominável. Ademais, por esse fato ser uma das memórias mais antigas relatadas ao nos contar sua história, parece que o fato de partir desse acontecimento – não se referindo à sua infância ou aos anos precedentes ao fato – indica que os eventos que aconteceram nesse período são ainda muito marcantes em sua vida. Em outro momento da entrevista, Andreia se refere à sua mãe como uma figura de força, o que parece se refletir na forma como ela descreve a maternidade:

## **R2**

**AMF:** eu sou a cor da minha mãe / a FORça da minha mãe / graças a deus eu sou tudo da minha mãe /

Apesar de não haver em R2, pelo menos até o momento, materialidade a ser analisada linguisticamente, é importante termos essa informação para construirmos os argumentos finais de nossos gestos de análise, assim como para podermos melhor compreender o recorte que apresentamos a seguir.

## **R3**

**AMF:** eu eu tinha dois filhos na rua / ela tinha dois filhos na rua / [...] ela só tentava fugir e ponto // mas esse era o meu lema / eu não era pega quando a... no caso os policiais militares entravam / eu não era pega com celular ou com droga ou brigando ou esfaqueando ninguém / eu só queria fugir / eu tinha que ir pros meus filho na rua / eu sempre fui ligada aos filhos //

Em R3, Andreia está relatando uma entrevista que concedeu a uma grande emissora da rede aberta, em que retornou a uma das unidades prisionais em que ficou presa.<sup>178</sup> O pronome “ela”, portanto, está se referindo à própria Andreia, como se estivesse falando do ponto de vista do jornalista que a acompanhava na ocasião. Chama-nos a atenção o efeito de sentido do advérbio “sempre” que parece indicar e reforçar o algo que tenta se fixar nesse recorte: o que fez foi pelos seus filhos, pois, assim como sua mãe, era força e não poderia deixar seus filhos “na rua”, como aconteceu com ela após a morte da sua mãe. Ainda sobre o advérbio “sempre”, a marcação temporal aliada ao que vimos anteriormente sobre o efeito de sentido de continuidade da morte dos pais, lança uma luz sobre a repetição de “na rua”. Perante o que foi relatado em R1, Andreia retoma diversas vezes na entrevista que foi morar “na rua”, principalmente devido ao fato de que sofre um abuso por parte do irmão – informação que organiza a sua narrativa como um todo. Logo, quando nos deparamos com a função dêitica de “tinha que” em “tinha que ir pros meus filhos”, o efeito de sentido de obrigatoriedade que emerge em seu dizer parece se coadunar com a tentativa, não só de replicar a força de sua mãe, mas de evitar que seus filhos tivessem o mesmo destino que o dela. Parece, até, que a forma como se representa como mãe funciona tal como fosse uma herança a ser transformada em sua responsabilidade nos termos de Derrida (2004), como concluiremos a seguir.

## RESPONSABILIDADE

Quando Derrida traz a questão da herança no primeiro capítulo de *De que amanhã*, em seu diálogo com Elisabeth Roudinesco, somos instigados a considerar uma herança que se distancia do patrimônio físico ou material, quando o filósofo franco- magrebino afirma que

é preciso primeiro saber e saber reafirmar o que vem “antes de nós”, e que portanto recebemos antes mesmo de escolhê-lo, e nos comportar sob esse aspecto como sujeito livre. Ora, é preciso [...] fazer de tudo para se apropriar de um passado que sabemos no fundo permanecer inapropriável, quer se trate aliás de memória filosófica, da precedência de uma língua, de uma cultura ou da filiação em geral. [...] Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira

---

<sup>178</sup> Além das 12 internações da FEBEM, Andreia foi presa três vezes, já maior de idade, também no Estado de São Paulo.



e mantê-la viva (DERRIDA, ROUDINESCO, [2001] 2004, pp. 12-3, grifos nossos).

Reconhecer e reafirmar o que vem antes de nós não se relaciona apenas ao que nos precede, como indivíduos, mas a um passado comum, uma história, contada ou não, que nos preexiste, que é essencial para sermos o que somos e como somos e que nos é inapropriável. Entretanto, nos dois recortes que analisamos dos dizeres de Andreia, as representações que ela tem de sua mãe e do que é ser mãe parecem atravessar as representações que ela tem de si, como algo que a elegeu violentamente (DERRIDA; ROUDINESCO, [2001] 2004, pp. 12-3). Isso, pois, tornar-se órfã e ter que ir morar na rua não foram escolhas. E, no mesmo sentido que Derrida ([2001] 2004) apresenta em seu texto, essa herança que Andreia recebeu não foi perpetuada sem reflexão. Em diversos momentos de sua entrevista,<sup>179</sup> Andreia coloca a maternidade em primeiro lugar, como se assumisse responsabilidade (DERRIDA; ROUDINESCO, [2001] 2004) por sua herança. Nesse sentido,

[a]ntes mesmo de dizer que se é responsável por tal herança, é preciso saber que a responsabilidade em geral (o “responder de”, o “responder a”, o “responder em seu nome”) nos é primeiramente designada, e, de uma ponta a outra, como herança (DERRIDA, ROUDINESCO, 2004, p. 15).

Por isso, consideramos que as representações identitárias de Andreia, que se relacionam à questão da maternidade, são uma tomada de responsabilidade perante seu passado e uma forma de, mesmo que fugindo da prisão, tentar transformar seu futuro. Ademais, o fato de Andreia MF marcar em seu nome artístico que é mãe – MF significa Mães e Filhos do hip-hop, como mencionamos anteriormente –, assim como seu núcleo de ativismo se chamar *Mães do cárceres*, parece deixar marcada a relevância do que é ser mãe para ela.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CORACINI, Maria José. *A celebração do Outro: arquivo, memória, identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

---

<sup>179</sup> Em nossa dissertação, em um dos recortes, tratamos do desistimento (MAJOR, 2002) de Andreia de seu primeiro renome para assumir responsabilidade por um filho que seria tirado dela e doado a uma família no exterior enquanto estava internada na Febem.

- CORACINI, Maria José. Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 11 (1), 2010a.
- CORACINI, Maria José. Vozes (des)ordenadas e (in)fames. In: MIANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010b.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Tradução André Telles. Rev. Téc. Antonio Carlos dos Santos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (2001) 2004.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, (1969) 1992.
- FOUCAULT, Michel. Dos suplícios às celas. In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). *Ditos e escritos VIII: Segurança, penalidade e prisão*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1975) 2012.
- GAUER, Gabriel José Chittó; DAVOGLIO, Tércia Rita; VASCONCELLOS, Silvio José Lemos. Avaliação de traços antissociais em adolescentes: perspectivas atuais. In: GAUER, Gabriel José Chittó; VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; DAVOGLIO, Tércia Rita (org.). *Adolescentes em conflito: violência, funcionamento antissocial e traços de psicopatia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- SALUM, Ana Claudia Cunha. *Redes virtuais de relacionamento: dispositivos de subjetivação, individuação e controle*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 1995, pp. 7-42.
- MAJOR, René. *Lacan com Derrida*. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.